

42º Encontro Anual da Anpocs

GT 19 - Espaços rurais no Brasil contemporâneo: questões teóricas e novos temas de pesquisa

A reconfiguração territorial do Pampa Gaúcho em meio aos conflitos socioambientais de mineração

Sérgio Botton Barcellos – Professor da área de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) na FURG .

Artigo preparado para apresentação no 42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu/MG, 24 a 28 de outubro de 2018.

INTRODUÇÃO

As empresas mineradoras, que pleiteiam a expansão da sua atuação em diferentes partes do Brasil, também se encontram no Rio Grande do Sul (RS), atualmente visando se instalarem na denominada “metade sul” ou “região da Campanha” no bioma Pampa. Os empreendimentos que buscam se instalar nesta região têm como área de influência o conjunto de 28 municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Camaquã até o seu desague junto à lagoa dos Patos e no oceano Atlântico, no município de Rio Grande, extremo sul do Brasil. As atividades de mineração em questão incluem a extração de toneladas de minerais, como cobre, fosfato, prata, ouro, zinco e a extração de chumbo.

Analisando esta questão sob um contexto mais amplo, a maior parte dos recursos naturais extraídos, convertidos em *commodities*, são os minérios, que abastecem largamente o mercado externo, como a China e outros países da Ásia, além da Europa. Com relevância crescente na base econômica nacional, no ano 2000, por exemplo, os empreendimentos em mineração obtiveram crescimento de 8,2%, sendo o setor que individualmente obteve o maior crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) (BARRETO, 2001)¹.

Os principais produtos minerais metálicos exportados pelo Brasil são minério de ferro, alumínio, ouro e cobre. O minério de ferro respondeu, em 2009, por 63,5% das exportações brasileiras de minérios, que chegaram a quase US\$ 20 bilhões. Além disso, há um grande potencial geológico brasileiro não explorado e, como pode ser visto pelo Plano Nacional de Mineração 2030, é forte o estímulo à atividade de mineração. Segundo este Plano, há previsão de investimentos de R\$ 350 bilhões até 2030, destinados prioritariamente à Amazônia, mas também a outros locais. De todo modo, trata-se de um indicativo de que poderá se intensificar a atividade extrativa no país como um todo.

De acordo com a Revista Brasil Mineral (2018), em 2017 a atividade minerária no Brasil teve superávit de US\$ 23,4 bilhões, com crescimento de 30% em relação a 2016 devido ao aumento das exportações e recuperação dos preços do minério de ferro. As exportações minerais totalizaram US\$ 46,4 bilhões e as importações em US\$ 23 bilhões.

¹ O aumento da demanda de minério ocorreu pela expansão de fabricação de microeletrônicos e a realização de obras de infraestrutura e habitação nos países considerados emergentes nesse estágio global do capitalismo. Além disso, percebe-se o crescimento acelerado da demanda de ouro por parte da China, o que estimulou o aumento da cotação dos metais que, somado ao enfraquecimento do dólar, por sua vez está gerando uma maior procura por metais como reserva financeira (BARRETO, 2001).

Ainda segundo o MME, em 2017 o setor mineral participou com 21,3% das exportações brasileiras, que somaram US\$ 217,7 bilhões.

Além de inúmeros casos de fortes e extensos danos ambientais desta atividade na América Latina e na África, os impactos sociais em torno da mineração têm crescido em face das pressões por lucratividade, aliadas ao financiamento público. De acordo com o Observatório dos Conflitos em Mineração da América Latina (OCMAL)² registram-se 229 projetos de mineração implicados em conflitos socioambientais e 334 comunidades afetadas por esses projetos. No Brasil, de acordo com o Mapeamento dos Conflitos Ambientais, até o início do ano de 2017 cerca de 580 conflitos socioambientais foram notificados no Brasil e destes 90 são conflitos oriundos de projetos e áreas de mineração, garimpos e siderurgia no Brasil.

No RS, após um ciclo intenso de atividades de silvicultura altamente impactantes para o bioma Pampa - que durou desde os anos 80 até os dias de hoje, com mais ênfase novamente a partir de 2004, ainda não findado -, os empreendimentos em mineração surgem como a mais nova promessa de “desenvolvimento econômico” e “emprego”, com a proposta de “dinamizar” a economia desta região que é histórica e culturalmente agropastoril.

No Pampa convivem, além de agricultores e pecuaristas, comunidades quilombolas³, pescadores artesanais, povo cigano, de terreiro e pomerano. Estes grupos sociais desenvolveram importantes conhecimentos associados ao valor alimentar, medicinal etc. das espécies presentes no Pampa, os quais compõem importante patrimônio cultural. Entretanto, o contexto de tais territórios neste Bioma está marcado pelo avanço de empreendimentos de empresas de capital nacional e transnacional com potencial de exploração dos recursos naturais com capacidade de alterar de forma substancial estas paisagens e impactar a sua biodiversidade (MAZURANA et al., 2016).

Sob essa perspectiva, atualmente a possibilidade da instalação de um empreendimento entre os municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista, bem como outro em Lavras do Sul, estão gerando impasses entre empresas/pesquisadores/comunidades locais⁴ em debates, reuniões locais e audiências públicas, assim como um conjunto de ações no Ministério Público Federal (MPF) do RS.

² Ler mais em: http://basedatos.conflictosmineros.net/ocmal_db/, acesso em 11 nov 2017.

³ Atualmente no bioma Pampa encontram-se 92 quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares.

⁴ Entende-se como comunidade: pequenos, médios e grandes produtores pecuários e agrícolas, quilombolas, indígenas e comunidades nos municípios.

Diante desse contexto, neste ensaio apresento a seguinte questão central: como está ocorrendo a reconfiguração territorial do Pampa gaúcho a partir das relações de acordo e conflito nos debates públicos sobre a implantação de projetos em mineração? Procura-se, assim, compreender, neste universo de pesquisa, como estão sendo configuradas as dinâmicas relações que têm se conformado em arenas públicas formadas a partir das relações de acordo e conflito acerca da instalação dos empreendimentos de mineração no bioma Pampa, com ênfase no Projeto Caçapava do Sul da Nexa Resources

Desse modo, serão analisadas quais as reivindicações e mobilizações dos atores sociais que configuram as controvérsias acerca da mineração no universo de pesquisa tendo como referências a teorização das configurações de Norbert Elias, a perspectiva de arenas públicas em Daniel Cefai e território em Claude Raffestin. Além destes, o estudo terá aporte teórico sobre a temática dos conflitos socioambientais e da justiça ambiental como Acselrad (2010,2011), entre outros (as).

Ao discutir as relações de cooperação e conflito entre os atores nos debates públicos sobre a instalação desse empreendimento em mineração no bioma Pampa, buscarei relacionar essa reflexão com a reconfiguração territorial do contexto rural brasileiro contemporâneo. O delineamento desses projetos, em vias de intensificação, e as configurações que emergem a partir desse novo contexto constitui um campo de pesquisa importante para as ciências sociais, em especial ao trazer o debate sobre os conflitos socioambientais que já estão se projetando e as arenas públicas que têm se formado a partir disso.

Dessa forma, a partir da análise da reconfiguração territorial do bioma Pampa, abordarei as questões atinentes ao desenvolvimento da atividade mineradora no Brasil. Além disso, abordarei a configuração das relações de conflitos, disputas e acordos entre os atores que são favoráveis e contrários ao longo do processo de tentativa de implantação do “Projeto Caçapava do Sul” que ainda está em fase de análise junto à Fepam-RS.

A metodologia a ser trabalhada é qualitativa e os procedimentos de pesquisa utilizados foram a observação direta em três audiências públicas em três municípios do RS, Santana da Boa Vista, Bagé e Pinheiro Machado, promovidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS (Fepam) e a empresa Votorantim (atualmente Nexa Resources) ao longo de 2016; três audiências públicas de iniciativa do poder legislativo, uma delas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do

Sul (Alergs) e outras duas nas Câmaras municipais dos municípios de Pelotas e Rio Grande no ano de 2017; e uma audiência pública no ano de 2018 na Alergs novamente. Além disso, será realizada a análise documental a partir de depoimentos em redes sociais (como páginas no facebook, sites, jornais regionais⁵) e documentos técnicos que podem ser acessados pela internet.

Por meio das estratégias de pesquisa adotadas, que foram inter cruzadas para a realização da coleta e da análise dos dados, busquei captar as diferentes percepções, opiniões, visões e expectativas em relação às diferentes perspectivas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental em disputa na metade sul do RS; resgatar compreensões e fatos anteriores à possibilidade do interesse atual de instalação de empreendimentos de mineração; descrever e analisar como está ocorrendo o processo de debates sobre a mineração e o rural brasileiro frente ao contexto histórico e social brasileiro; e demais dados que possam ser pertinentes para responder e elaborar outras reflexões acerca da questão de pesquisa que está sendo formulada.

Este trabalho é um ensaio e dá continuidade as reflexões contidas inicialmente em Barcellos, Vaz, Pinheiro e Rieth (2017) e após, de forma aprimorada, em Barcellos, Vaz, Pinheiro (2018). Isto é, trata-se de um ensaio que produzido a partir de uma agenda de pesquisa do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais (DIPEM) – FURG. Desse modo, este ensaio está em fase inicial, inacabado e ainda em construção, ou seja, com muitas reflexões, análises e incursões teórico-metodológicas a serem feitas a partir do vasto material coletado em pesquisas em andamento.

1 O rural brasileiro e o contexto do Bioma Pampa riograndense

A “crise” atual do capitalismo a partir de 2008 aprofundou o processo de reconfiguração da economia capitalista mundialmente e no ideário neoliberal. Entre uma série de características desse processo, destaca-se o avanço e o rearranjo da divisão internacional capitalista do trabalho e a recolocação do Brasil como grande exportador de recursos primários (madeira, cereais, petróleo e minérios). Entre uma série de características desse processo, destaca-se o avanço e o rearranjo da divisão internacional

⁵ Coletei depoimentos na página “União pelo Camaquã”, “Projeto Caçapava Do Sul - Eu Apoio”, Jornal Sul21, Diário Popular, Jornal Minuano e Zero Hora.

capitalista do trabalho e a recolocação do Brasil como grande exportador de recursos primários (madeira, cereais, petróleo e minérios).

O deslocamento de parte significativa da produção industrial para a Ásia criou uma forte procura por produtos básicos, principalmente minérios, alimentos e petróleo e norteou a (re)especialização do Brasil na produção de *commodities* para exportação. Este tipo de produção se transformou no setor dinâmico da economia brasileira, o que significa colocar uma parte significativa da matriz produtiva do país orientada para a demanda internacional de matéria-prima. Segundo o DNPM (2014), atualmente, o Brasil é um dos cinco maiores produtores e exportadores de metais, materiais e minérios do mundo e 85% de tudo o que extraído e produzido é exportado, gerando um montante de divisas considerados importantes para o equilíbrio da balança comercial. Mas, os minérios são exportados sem qualquer agregação de valor, e maior parte do que é comercializado, 89%, é correspondente a uma única commodity que é o ferro.

Sobre o rural, estima-se que atualmente este contexto abranja 60,4% dos 5.565 municípios no Brasil, de acordo com dados recentes do Censo Agropecuário do IBGE (2018)⁶, com previsão de lançamento na íntegra em 2019, e contém 17% da população brasileira, ou seja, são cerca de 35 milhões de pessoas⁷.

Estima-se, que neste espaço há 5.072.152 estabelecimentos agropecuários no Brasil, em uma área total de 350.253.329 hectares. Em relação ao Censo 2006, essa área cresceu 5% (16,5 milhões de hectares) apesar da redução de 2% (103.484 unidades) no número de estabelecimentos. As propriedades rurais com até 50 hectares representam 81,3% do total de estabelecimentos agropecuários, ou seja, mais de 4,1 milhões de propriedades rurais. Juntas, elas somam 44,8 milhões hectares (IBGE, 2018). Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são os estados com maior número de propriedades rurais. Ao mesmo tempo, 2,4 mil fazendas com mais de 10 mil hectares que correspondem a apenas 0,04% das propriedades rurais do país, ocupam 51,8 milhões de hectares o que demonstra uma das facetas da questão da desigualdade da concentração de terra no Brasil.

⁶ A nova metodologia do IBGE para a caracterização dos espaços urbanos e rurais leva em consideração a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população. Após a análise dos critérios, os municípios foram caracterizados como “urbanos”, “rurais” ou “intermediários”.

⁷ Ocorreu um aumento do percentual de produtores com mais de 65 anos. No Estado, eles passaram de 17,5% para 23,1%, enquanto o número de jovens decresceu – de 1,9% para 1,2% na faixa etária de até 25 anos. Sem saída fácil, a situação confirma o que já se observava na prática e amplia as incertezas sobre a sucessão no comando dos empreendimentos rurais. Em dez ou 20 anos, estima-se que os idosos possam ser maioria (IBGE, 2017).

O bioma Pampa é constituído principalmente por vegetação campestre. O mesmo abrange Uruguai, Brasil e Argentina, em uma área de aproximadamente 750 mil km². No Brasil, esse bioma foi delimitado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apenas em 2004, junto com os demais biomas brasileiros. Também indicado como Campo Sulino, representa 63% da área do Rio Grande do Sul, com quase 180 mil km² e abriga parcialmente o Aquífero Guarani. Apesar de uma aparente homogeneidade da vegetação de campos nativos, apresenta uma vasta biodiversidade entre serras, planícies e coxilhas, com gramíneas, formações arbustivas, banhados, capões de matas, butiazais etc (MMA, 2017).

Além disso, a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã é um dos elementos naturais constitutivos do Bioma Pampa e está situada na porção central do RS abrangendo uma área de cerca de 21.657 km² e o rio tem uma extensão aproximada de 430 km. Suas nascentes estão próximas às localidades de Torquato Severo, no município de Dom Pedrito e desemboca nos municípios de São Lourenço do Sul e Camaquã. Ao longo da extensão do rio há, total ou parcialmente, 28 municípios. Os municípios integrantes da Bacia do Rio Camaquã são: Amaral Ferrador, Arambaré, Arroio do Padre, Bagé, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canguçu, Cerro Grande do Sul, Chувиска, Cristal, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Santana da Boa Vista, São Jerônimo, São Gabriel, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Tapes e Turuçu.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2017, estima-se que existam cerca de 500 espécies de aves, 100 de mamíferos e 3.000 espécies de plantas, com diversas espécies endêmicas de fauna e flora, nem todas descritas ainda. Tal biodiversidade de espécies de flora pode ser observada na consideração de que um metro quadrado de campo nativo pode conter mais de 50 espécies diferentes de plantas tornando essas pastagens naturais adequadas ao pastoreio. Em relação à área de pastagens naturais, dados do IBGE (2018) demonstram que a mesma caiu 18,7%, entre 2006 e 2017, enquanto as pastagens plantadas aumentaram 9,1%.

Destaca-se, que historicamente a pecuária extensiva sobre os campos nativos tem sido uma importante atividade econômica da região, desenvolvida não somente em grandes estâncias, mas principalmente em pequenas e médias propriedades. Os produtores rurais e pecuaristas familiares, grupo social que compõe os produtores de

gado e ovinos, também configuraram sua identidade no contexto histórico de ocupação do Pampa, a partir de três principais características: processos de sucessão rural por fracionamento de terras das grandes estâncias; compra de terras por agricultores familiares que migraram de regiões de colonização e a compra da terra pelos trabalhadores das estâncias (FERNANDES; MIGUEL, 2016).

Vivendo em pequenas propriedades os pecuaristas familiares tem como atividade principal, a criação de animais bovinos, ovinos e caprinos manejando tais rebanhos com mão de obra familiar. Além disso, cultivam cereais tais como o milho que são destinados tanto a alimentação humana quanto dos outros animais e o feijão. Na região do Alto Camaquã alguns pecuaristas familiares estão organizados em associações de fomento e estímulo a produção, bem como em defesa dos seus interesses ambientais, culturais e econômicos (BARCELLOS, VAZ e PINHEIRO, 2018). No Pampa também há diversas comunidades com benzedadeiras, comunidades quilombolas⁸, povos indígenas, pescadores artesanais, povo cigano, de terreiro e pomerano.

Estes grupos sociais desenvolveram importantes conhecimentos associados ao valor alimentar, medicinal etc. das espécies presentes no Pampa, os quais compõem importante patrimônio cultural. Entretanto, o contexto de tais territórios está marcado pelo avanço de modelos de desenvolvimento com potenciais de transformações radicais nestas paisagens e biodiversidade (MAZURANA et al., 2016).

A partir dos anos 2000 na metade sul do RS, a região passou a ser alvo de novas investidas de grandes empreendimentos na busca de um almejado crescimento econômico de uma área considerada a parte menos “desenvolvida” do RS. Assim, os cultivos de soja e milho transgênicos se propagaram sobre os campos nativos, ocasionando a multiplicação de espécies exóticas tais como o capim-anoni, há lavouras de silvicultura (especialmente com eucaliptos, pinus e acácia negra) e, mais recentemente, as atividades em mineração estão na ordem do dia.

Em relação aos cultivos agropecuários, estas atividades se pautam na agricultura considerada “convencional” (com uso intenso de insumos e tecnologias externas), especialmente a sojicultura, atividades estas estimuladas por sucessivos governos de estado no RS e prefeituras na região, bem como por empresas ligadas ao agronegócio, que expandiram sua fronteira agrícola na metade sul do RS. Destaca-se que a perda de

⁸ Atualmente no bioma Pampa encontram-se 92 quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares.

biodiversidade compromete o bioma, que já é o segundo mais alterado do Brasil, com apenas 36% de cobertura original (MMA, 2017), o que pode levar à perda de espécies de fauna e flora, ao aumento da erosão do solo e do processo de arenização, assim como possíveis mudanças climáticas.

Outro importante estímulo governamental para a reconfiguração da territorialidade no Pampa decorreu no ano de 2005, quando o governador do estado do RS na época Germano Rigotto decidiu promover o “Projeto Losango⁹”, voltado para a produção de silvicultura em forma de monocultura como mais uma ideia para o crescimento econômico do Pampa gaúcho. Do ponto de vista socioeconômico, o objetivo seria transformar a matriz econômica do Pampa, que é histórica e culturalmente pastoril, em uma região de produção de madeira e celulose.

Nessa última década também foi observado nessa região, identificada geologicamente como Escudo Sul-Riograndense, o interesse pelas reservas de metal precioso, desde as jazidas já conhecidas e os antigos garimpos, até novas áreas com potencial, em municípios como Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Santana da Boa Vista, São Sepé e Pinheiro Machado. Nestes municípios algumas áreas vêm sendo alvo, desde 2008, de um intenso trabalho de pesquisa geológica para detectar pontos promissores, ampliar as reservas existentes e viabilizar projetos de extração mineral. Exemplo disso são os dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - que passará a ser a Agência Nacional de Mineração (ANM)¹⁰. Consta que há um cadastro de 162 processos ativos de prospecção para busca de ouro, chumbo, cobre, prata e zinco na região do Bioma Pampa (BARCELLOS, VAZ e PINHEIRO, 2018). Destaca-se, que de acordo com a ANM até o ano de 2015 o RS contava com 3.144 autorizações de pesquisas em 57 municípios; 946 requerimentos de pesquisa em 42; 295 concessões de lavra em 17 municípios e 2.051 processos de licenciamento em 62.

Cabe contextualizar que a Votorantim Metais Holding (Nexa Resources) protocolou um EIA – RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental) na Fepam-RS e fez duas audiências públicas para apresentar o projeto de mineração “Caçapava do Sul”.

⁹ Essa política pública estimulada por grandes empresas de produção de celulose e assumida pelo governo do RS na época dividia o estado em três áreas geridas por grandes empresas: a Aracruz (na Depressão Central e região de Porto Alegre), a Votorantim (na região do entorno e retaguarda das cidades de Pelotas e Rio Grande) e a Stora Enso (na fronteira sudoeste).

¹⁰ Essa mudança de caráter institucional faz parte de um programa de revitalização da atividade mineradora estimulado pelo governo federal - responsável pela concessão de alvarás para o estudo de áreas e fiscalização de empresas, segundo o Portal Planalto (2017).

Consta no EIA do empreendimento (2016) que a companhia proponente tem feito pesquisas no local desde 2008 e teria confirmado a viabilidade econômica da extração de metais¹¹. Segundo o seu site, neste projeto consta a intenção de exploração de zinco, cobre, chumbo (gerador de grande polêmica), além de prata como subproduto, no Passo do Cação, localidade a cerca de cinco quilômetros de Minas do Camaquã¹² e cerca de 2 Km da beira de uma das partes do rio Camaquã. Logo em seguida, com a difusão das informações sobre o projeto, os planos da empresa geraram polêmicas em grande parte dos 28 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, que é o principal curso d'água na região (BARCELLOS, VAZ e PINHEIRO, 2018).

2 Os atores que atuam na configuração do Bioma Pampa

A discussão sobre o projeto “Caçapava do Sul” da Nexa Resources segue projetando o Escudo Sul-Rio-Grandense como uma das áreas mais ricas em minérios do Estado, motivando pedidos de autorização para pesquisa no Departamento Nacional de Produção Mineral (atualmente AMN). Além do projeto da Nexa Resources em Caçapava do Sul, há propostas nas fases de pré-viabilidade e viabilidade econômica, que são: Bujuru, Retiro e Estreito pela Rio Grande Mineração, para minerais pesados na planície costeira do Estado; a Águia Fertilizantes em Três Estradas para extrair fosfatos em carbonatitos; e a Amarillo Gold que quer extrair 6,4 milhões de toneladas de minério de ouro em rochas graníticas no município de Lavras do Sul (BARCELLOS, VAZ e PINHEIRO, 2018).

Destaca-se que os atores que atuam na região do Bioma Pampa e se manifestaram publicamente de forma favorável, por enquanto, a instalação dos empreendimentos de mineração na região são: Nexa Resources (antes Votorantim); Águia, governos municipais de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista; governo do estado do Rio Grande do Sul; alguns pesquisadores vinculados a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) vinculados ao curso de geologia. Os atores que se manifestaram, até o momento, contrários a instalação dos

¹¹ Ler mais em: DIÁRIO DE SANTA MARIA. Votorantim pesquisa zinco. Mineradora trabalha para encontrar reservas. Santa Maria, 20 mar. 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/dsm/rs/imprensa/4,40,2843820,14335>. Acesso em: 07 jan. 2017.

¹² O local já recebeu outras minas há mais de 50 anos atrás. Será exposto no trabalho.

empreendimentos minerários são: Associação para o Desenvolvimento do Alto Camaquã (ADAC); União pela Preservação (UPP); Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa; Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do estado do RS; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã; governos municipais de Bagé, Pinheiro Machado, Cristal, São Lourenço do Sul, Turuçu, Camaquã, Amaral Ferrador, Hulha Negra, Arambaré e Piratini; ONG – Amigos da Terra; diversos pesquisadores da FURG, UFPel, UFRGS, Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Observa-se também a atuação do Ministério Público Estadual e Federal na escuta e na formulação de um parecer sobre a implantação do empreendimento.

Nas audiências públicas, reuniões e palestras entre os anos de 2016 e 2018 nos municípios de Bagé, Pelotas, Pinheiro Machado, Santana da Boa Vista e Rio Grande, e três audiências na Alergs, em Porto Alegre – ocorreram uma série de debates sobre a instalação de empreendimentos em mineração na metade sul, inclusive o Projeto Caçapava do Sul. Das audiências em que pude participar, além dos componentes da mesa, haviam uma quantidade significativa de pessoas por evento, em média 400 pessoas, no qual a maioria do público comparecia para manifestar um posicionamento já formado - a favor ou contra a instalação do empreendimento. Geralmente uma pequena parte foi nas audiências se informar e construir um posicionamento acerca dos argumentos favoráveis e contrários a ocorrência de atividade mineradora na região. Após os pronunciamentos dos membros das mesas ou dos (as) palestrantes, as manifestações das plenárias e reuniões ocorrem em grande maioria feitas por pessoas com posicionamentos favoráveis e contrários (BARCELLOS, VAZ e PINHEIRO, 2018).

O “equilíbrio flutuante” entre atores nas relações sociais é discutido por Norbert Elias, como “uma característica do fluxo de cada configuração”, pois as configurações possuem aspectos diferentes ou até opostos que convivem e não se excluem. Portanto, além da certeza em relação às contradições que possam ser constatadas pela possível instalação do Projeto Caçapava do Sul em relação ao contexto materializado pelas posições políticas adotadas, também é preciso analisar as incertezas do contexto político e conflituoso no qual a diversidade de atores favoráveis e contrários atuam.

Tanto na apresentação do empreendimento no site quanto nas audiências, os representantes do empreendimento fizeram questão de “desmistificar” a preocupação com a contaminação e o assoreamento do Rio Camaquã, pois alegam que não haverá

descarte de rejeitos no rio e o empreendimento também não irá captar grande volume de água, pois o descarte de rejeitos será feito em pilhas a seco, além de contar com uma estação de tratamento para fazer o reaproveitamento total da água. A promessa é que as áreas de rejeitos receberão revegetação com espécies da região ao final da operação.

Por parte de muitos moradores de Caçapava do Sul, em especial de Minas do Camaquã, e também dos moradores de Santana da Boa Vista, o posicionamento é favorável. Muitos alegam que além dos empregos e de aumentar a arrecadação do município com impostos, alegam não haver registros de problemas de saúde ocasionados pelo impacto dos empreendimentos de mineração que se instalaram ao longo dos anos na região. Entretanto, a diversos relatos sobre a contaminação de mercúrio no Rio Camaquã em 1989 e indícios de contaminação de solo em Maino (2010) e até da água por Cobre em volta das Minas do Camaquã por Aldrovaldi e Pestana (2012).

Chama a atenção que em conversa com moradores de Santana da Boa Vista em uma das audiências públicas em 2016 e em uma visita ao município em 2018 ao serem questionados sobre os possíveis danos ambientais no ambiente com a instalação dos empreendimentos, muitos deles relataram que se sentem abandonados pelo poder público e por viverem em um local com índices sociais muito baixos que “qualquer coisa, mesmo que por um tempo já ajuda amenizar”.

Nas audiências públicas que ocorreram nestes municípios no ano de 2016, o representante da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA enfatizou em sua apresentação uma região, em sua parte socioeconômica, em decréscimo populacional, pois as pessoas buscam alternativas fora da região associando o lugar à falta de alternativas de trabalho e renda. No argumento a empresa enfatiza a possibilidade de 450 empregos que a sua implementação iria “levar” à região, fato também que estava presente nas falas dos atores favoráveis ao empreendimento tais como representantes políticos e comerciantes locais. Muitos remetiam à memória da “vida próspera” do período em que estava instalado o empreendimento anterior, de extração de cobre. Em suas falas, enfatizavam que trabalharam na extração e não haviam sofrido os efeitos na saúde, rebatendo os argumentos contrários ao empreendimento atual, sobre as maneiras que o chumbo seria prejudicial ao corpo humano. Os possíveis impactos ambientais não são apresentados pelas empresas gerando diversas perguntas pelos participantes tais como agricultores, pecuaristas, moradores, ambientalistas e pesquisadores.

Há grupos organizados e atores da sociedade civil (associações, prefeituras, grupos auto organizados e professores universitários são contrários à instalação do empreendimento na região. Além da possível contaminação do Rio Camaquã, do solo, da flora e fauna da região, em especial pelo concentrado de chumbo, estas organizações ponderam que se houvesse um investimento maior na ovinocultura - a região possui mais de 650 mil cabeças de ovinos - seria possível arrecadar mais de R\$ 120 milhões. Eles também denunciam que a grande geração de empregos prometida com a instalação desses empreendimentos se dará fora da região, pois os minérios serão exportados na forma bruta. Ou seja, segundo estas críticas, a justificativa do empreendimento se instalar na região não seria nem econômica, nem social ou ambiental, apenas voltada aos interesses da empresa.

Também, pelo Porto de Rio Grande se projeta o escoamento do concentrado de minérios metálicos, inclusive o metal pesado Chumbo, com alta capacidade de contaminação, município que não foi consultado ou ao menos informado antes da audiência pública promovida em junho de 2017¹³, sobre a possibilidade da instalação desse empreendimento oferecer riscos de contaminação a população e ao ambiente pela aspersão de partículas de minérios no ar e na água. Destaca-se que diversos municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Camaquã também não foram consultados ou informados dos riscos socioambientais que esse empreendimento oferece, seja pela possibilidade de contaminar as águas do Rio Camaquã, seja pela aspersão de partículas pelo trajeto dos caminhões que transportarão os concentrados até o Porto de Rio Grande¹⁴.

Mediante este conflito de interesses e de projetos para a região, o EIA-RIMA apresentado pela empresa foi analisado com mais profundidade pela Fepam em novembro de 2016, época em que os grupos contrários ao empreendimento haviam realizado moções de repúdio e foram instaurados inquéritos nos ministérios públicos estadual e federal, reivindicando esclarecimentos sobre o processo junto à Fundação. Em

¹³ Audiência promovida pela Câmara de Vereadores de Rio Grande através do mandato da Vereadora Denise com apoio de docente da FURG – Campus Carreiros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FWSSmq31xb4>

¹⁴ Cabe, ainda, destacar que o Porto do Rio Grande é a porta de saída desses processos de mineração em prospecção ou licenciados, como é o caso da exploração de Zircônio e Titânio pela Rio Grande Mineração, no município de São José do Norte, que recentemente recebeu o aval do IBAMA para começar sua instalação, mesmo com a comunidade se manifestando de forma contrária.

janeiro de 2017, a Fepam concluiu parecer técnico com a análise do EIA-RIMA em que questiona a mineradora sobre diversos pontos, desde a descrição do empreendimento até complementações sobre o inventário feito na fauna da região. A empresa já solicitou vários prazos para organizar o cronograma de ações e ter maior sustentação técnica para se adequar às exigências e até dezembro de 2018 poderá haver uma resposta da Fepam (BARCELLOS, VAZ e PINHEIRO, 2018).

Em muitas das audiências e reuniões públicas promovidas entre 2016 e 2018 muitos dos produtores da região, organizados junto à Associação para o Desenvolvimento sustentável do Alto Camaquã (ADAC) questionam os 450 empregos amplamente defendidos entre os favoráveis ao empreendimento como impacto positivo, considerando a rede de associações comunitárias, que envolve cerca de 500 famílias – mais de 2.000 pessoas - distribuídas em 25 associações que são vinculadas à própria identidade do Bioma Pampa. Por exemplo, em audiência pública realizada na Alergs no ano de 2017 o representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) enunciou que há uma disputa por visões de mundo e modos de desenvolvimento para a região, uma voltada ao desenvolvimento com a preservação ambiental aliada à produção de alimentos e outra voltada ao lucro via extração de um minério para exportação. Isto é, percebe-se, que o entendimento acerca das controvérsias políticas e as posições dos atores devem ser vistas a partir da diversidade cultural, político-ideológica, discursiva e dos conflitos em seu meio político.

Para Elias (1994), o comportamento individual de cada ator está orientado pela configuração das interdependências, o que se correlaciona com o modo como diferenciam e integram as suas posições. Isto é, a configuração estaria associada aos modos de existência do ser social e a as emergências do cotidiano que são constituídas na e pela ambivalência (ELIAS, 1994). Com isso, o entendimento acerca das controvérsias políticas e as posições dos atores devem ser vistas a partir da diversidade cultural, político-ideológica, discursiva e dos conflitos em seu meio político.

Em meio a esse conjunto de atores, percebe-se que o território se forma a partir de um espaço concreto ou abstrato (por exemplo, pela representação), o espaço se "territorializa". O território é onde acontece um trabalho e se encontram inerentes relações de poder e interesses (RAFFESTIN, 1993). Toda ação, demonstra, em algum nível, um território efetivado em meio a infraestruturas públicas ou privadas, centros financeiros, construções históricas, organizações, associações etc. Além disso, cabe

considerar, que nos territórios e em suas respectivas territorialidades há múltiplas possibilidades de ação no espaço geográfico e no tempo, muito além das ações dirigidas por instituições estatais ou privadas.

3 O Biompa Pampa em meio a um cenário de disputas sobre uma concepção de território

No Brasil, esse cenário conflituoso provocado pela atividade mineradora envolve entre outros: povos e comunidades que vivem no campo e na floresta (agricultores familiares, camponeses, quilombolas, ciganos, povos indígenas, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros) população urbana e rural que habita territórios na área de influência da mineração. Destaca-se, que de acordo com o Mapeamento dos Conflitos Ambientais no Brasil 68% dos conflitos ambientais no Brasil estão situados em territórios considerados rurais.

A extração mineral e de recursos das florestas em muitas áreas do Brasil ocorrem pela compra ou invasão de territórios. Além disto, existem populações para as quais os conflitos socioambientais têm em jogo valores decorrentes de interesses e saberes divergentes sobre o que é desenvolvimento, a exemplo daqueles que envolvem áreas com grande patrimônio natural, produção tradicional ou extrativista agrícola, ou atividade turística. Em muitos desses territórios, a população local e regional pleiteia a preservação da natureza e a que determinadas atividades econômicas colidem com suas práticas ancestrais e culturais, de ocupação e uso do território (ARAÚJO e FERNANDES, 2016).

A instalação de megaprojetos de mineração a partir de uma ideia de que são prioridade em relação ao patrimônio histórico, cultural e turístico local tem gerado constantes conflitos entre empresas de mineração e comunidades pelo Brasil. O caso mais recente considerado emblemático ocorreu com a instalação do mineroduto Minas-Rio no ano de 2014¹⁵. Como impacto deste empreendimento estão ocorrendo tremores e

¹⁵ Considerado o maior do mundo, o duto, com 529 quilômetros, sai da mina de ferro, operada pelo grupo sul-africano Anglo American, em Conceição de Mato Dentro (Minas Gerais), passa por 32 municípios, até chegar ao Porto do Açu (Rio de Janeiro), levando minério misturado com água.

rachaduras nas casas próximas ao mineroduto, rompimento de dutos, poluição dos rios e eliminação de nascentes. Uma das alegações da população de Conceição de Mato Dentro para rejeitar o projeto antes da sua instalação era que o município deveria preservar sua vocação histórica, cultural e turística, pois tem patrimônio histórico do século XVIII, alta biodiversidade e riquezas naturais (GUEDES, 2014).

A partir dessa perspectiva em Acsehrad (2001, 2004) é possível refletir dois processos que caracterizaram a territorialidade do capitalismo brasileiro, sendo que o primeiro diz respeito à concentração crescente do controle dos recursos naturais por poucos atores e a acumulação capitalista, que faz uso de escalas cada vez mais amplas de produção, de avanços sobre novos espaços sociais para a exploração do trabalho e de especulação fundiária. O segundo processo na construção desta territorialidade foi à privatização do uso de espaços com recursos naturais de uso comum, mais especificamente das águas e de minerais, com a reprodução de um modelo da sociedade capitalista moderna e com a intensificação da produção do trabalho no ambiente (ACSELRAD, 2004).

De acordo com Guedes (2014) neste contexto, a atividade mineral é percebida como invasiva e ameaçadora à qualidade de vida de povos e populações. O processo de licenciamento para se instalar, operar e produzir atividades de mineração no Brasil a cada dia são formulados e reformulados para favorecer os empreendedores. As duas licenças exigidas, a licença para minerar e a licença ambiental, realizam-se em âmbito administrativo e as populações das localidades afetadas não têm poder de veto. As legislações no Brasil não garantem à proteção de direitos sociais das populações em relação a empreendimentos de mineração e são calcadas em instrumentos mitigatórios e compensatórios.

Ao mesmo tempo junto à implementação dessas normativas ambientais, temos que considerar no mínimo nos últimos 15 anos o processo de mudanças e “flexibilização” das leis e normativas ambientais no Brasil, desde o código florestal, os processos de licenciamento ambiental desde o Plano Nacional de Mineração em 2011.

Em junho deste ano o governo Temer a partir do Decreto 9.406/2018 alterou o Código da Mineração, de 1967. As mudanças que se destacam são a abertura de reservas minerais para exploração; a abertura de áreas de exploração que eram monopólio do Estado (como no caso do urânio que era de extração exclusiva da Indústria Nuclear Brasileira); a diminuição dos valores das multas aplicadas às mineradoras em caso de

desastres ambientais, a fiscalização de barragem de rejeitos por amostragem e a aceleração dos processos de desapropriação das comunidades com a AMN podendo tornar as áreas de interesse público.

O outro decreto nº 9.407, de 12 de Junho de 2018¹⁶ regulamenta a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 e modificou as regras para CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), valor repassado pelas mineradoras por eventuais impactos socioambientais. Atualmente, municípios ficam com 65% do valor, os Estados com 23% e União com 10% do dinheiro repassado pelas empresas mineradoras. O decreto diminui os percentuais para 60% para municípios, 15% para Estados e 10% para a União. Os 15% restantes passarão a ser concedido aos municípios não considerados produtores, mas que são impactados pelas atividades.

Além disso, nos estados, como no caso do RS estão em discussão e em fase de implementação o Plano de Mineração do Estado do Rio Grande do Sul (PEM-RS) em consonância com o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) apesar de distintos em seus objetivos gerais e específicos, ambos tem interface com o tema da mineração na região sul do estado.

A Secretaria de Minas e Energia do RS criou em novembro de 2015 o Comitê de Planejamento de Mineração do Estado do Rio Grande do Sul (Comergs), pelo Decreto nº 52.582, de 1º de Outubro de 2015¹⁷. Dentre os objetivos dele, está a elaboração das diretrizes gerais sobre a produção dos recursos minerais do Estado, propor políticas de parceria entre o Comitê e agentes do setor de mineração e a elaboração do PEM - RS como estratégia de atração de novos investimentos no setor mineral no RS para aumento de arrecadação do CFEM (no qual é o 10º estado que mais arrecada no Brasil) e arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Entretanto, entre as diversas reuniões ocorridas em 2015 até 2018 tem sido publicizadas na internet e em jornais após a sua ocorrência, apenas alguns atores da sociedade civil são convidados, em especial representantes das empresas e sindicatos interessados na instalação de empreendimentos¹⁸, sem a participação das organizações

¹⁶ O decreto pode ser acessado na íntegra pelo link:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=13/06/2018&totalArquivos=96>

¹⁷ O decreto pode ser acessado na íntegra pelo link:

<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2052.582.pdf>

¹⁸ Em muitas das reuniões é comum ter representantes de entidades como Agabritas, ARO Mineração. Cientec, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Companhia de Pesquisa de Recursos

que são críticas ou contrárias a instalação de empreendimentos de mineração no bioma pampa rio-grandense.

O ZEE é uma política do Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde, e no RS vem sendo construído de modo que seja, de acordo com o site pelo qual divulgam o processo de implementação desta política

um instrumento de planejamento e ordenamento territorial, que buscará reconhecer as peculiaridades, vulnerabilidades e potencialidades do Rio Grande do Sul, com o intuito de subsidiar nas decisões – seja no Meio Físico, Biótico, Socioeconômico ou Jurídico-Institucional – pelo desenvolvimento ecológico, econômico e social do estado, de maneira sustentável (ZEE-RS, 2018 p. s/n).

Com esta política objetivam também um auxílio de planejar políticas públicas, planos e programas para a articulação, entre regiões econômicas e utilização de seus recursos naturais. O ZEE-RS está sendo elaborado pelo Consórcio Codex Remote/Acquaplan/GITEC Brasil/ GITEC GmbH, tendo ocorrido rodadas de pré-diagnóstico e diagnóstico e agora nos meses de setembro e outubro deste ano as oficinas Pré-Prognóstico em Porto Alegre, Santo Ângelo e Uruguaiana¹⁹. Em uma das oficinas Pré-diagnóstico em Pelotas um dos representantes da SEMA – RS alegou que o Zoneamento seria uma espécie de “plano de negócios considerando as potencialidades econômicas e naturais das diferentes regiões do estado”.

Acredita-se que tanto o PEM-RS, como o ZEE serão implementados, para inclusive dar aporte normativo-legal para a possível instalação dos empreendimentos em mineração no RS, em especial na metade sul do estado. Isso pode ser percebido, inclusive, pela notícia publicada no Blog do ZEE ao divulgar “ZEE/RS - Como Suporte ao Plano Estadual de Mineração”²⁰.

Para Raffestein (1993) o Estado está constantemente organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, novas implantações e outras formas de relação. O mesmo acontece com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema vigente configura um conjunto de fatores favoráveis e limitantes e atua na

Minais (CPRM), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), empresas Equilibrium X e Privatto, Secretaria-Geral de Governo, Secretaria do Planejamento, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Secretaria de Obras Públicas, Sindibritas, Sindiareia e Smarja. Além disso, na primeira reunião do COMERGS discutiram sobre a necessidade de presença periódica do Ministério Público Estadual (MPE) para acompanhar as discussões, mas com registro de presença apenas em uma reunião em 2018.

¹⁹ Mais informações podem ser acessadas em: <http://zee.rs.gov.br>

²⁰ A notícia pode ser lida na íntegra pelo link: <http://zeers.blogspot.com/2017/08/zeers-como-suporte-ao-plano-estadual-de.html>

correlação de forças em um campo do poder a partir de energia e informação em função de certos objetivos, no caso, atualmente, mais em favor das empresas mineradoras. Em meio a isso, para a compreensão desse processo é necessário perceber as múltiplas relações sociais entre os diferentes atores que configuram essa disputa e as mudanças nas relações de poder que são produzidas inúmeras e sucessivas vezes (ELIAS, 1994).

4 Relações de convivência e conflito sobre um território: o que está em jogo nesta disputa?

De acordo com Leal (2014) com a possível instalação dos empreendimentos de mineração pelo Brasil são anunciadas propostas de criação de empregos, melhorias nas condições de vida, dinamização da economia e ‘crescimento’. Contrastando com esse discurso, que comumente acompanha a instalação de empreendimentos em mineração, um pouco depois chegam os impactos ambientais, como: a poluição; adoecimento da população; alteração de paisagens, biomas e modos de vida das comunidades impactadas; remoções; contaminação dos mananciais hídricos; assoreamento; inchaço populacional durante o período de obras, aumento da especulação imobiliária; sobrecarregamento dos aparelhos públicos de saúde, saneamento etc; denúncias de trabalho irregular, entre outros (LEAL, 2014).

Ao mesmo tempo como marketing e ideia de aproximação com as comunidades locais são ressaltar, além dos aspectos e possíveis benefícios econômicos, as dimensões culturais a partir de elementos da cultura popular e regional do RS como forma de configurar um processo de simpatia da empresa com as comunidades. Por exemplo, no site do Projeto Caçapava do Sul da Nexa Resources consta em destaque “Terra de História, Solo de Valores” e imagens que remetem as vestimentas, o andar a cavalo e as paisagens tradicionais da região. Outro projeto, por exemplo, que chama atenção na região é o “Três Estradas” para a extração de Fosfato da Águia em Lavras do Sul. Em seu site um link chamado “Gente de Lavras” no qual mostram pessoas da comunidade e apresentam relatos sobre a vida da população local. Além disso, na primeira reunião do “Conversas com a comunidade” promovida em agosto deste ano eles trazem imagens relativas a cultura campeira e demais elementos da cultura gaúcha. Ressalta-se, que durante a reunião foram questionados por algumas pessoas do público sobre o “porque da exaltação da cultura gaúcha nos materiais do Projeto?”.

Tanto na apresentação do empreendimento Caçapava do Sul no site quanto nas audiências, os representantes fazem questão de “desmistificar” a preocupação com a contaminação e o assoreamento do Rio Camaquã, pois alegam que não haverá descarte de rejeitos no rio e o empreendimento também não irá captar grande volume de água, pois o descarte de rejeitos será feito em pilhas a seco, além de contar com uma estação de tratamento para fazer o reaproveitamento total da água. A promessa é que as áreas de rejeitos receberão revegetação com espécies da região ao final da operação.

Observamos que dentre os participantes das audiências e dos debates em diferentes meios de comunicação, como jornais, websites e mídias sociais, a empresa Votorantim Metais e seus representantes trazem uma imagem de um empreendimento com preocupação social e ambiental. Em seu website, há chamadas como “Terra de histórias, solo de valores” ou notícias sobre o projeto de sustentabilidade “Legado das Águas”²¹, que trazem uma ideia de enraizamento, valorização das características locais e senso de responsabilidade, ao se preocupar com um manancial hídrico, que aliás, é um dos principais geradores de dilemas entre os atores. Também é enfatizado no site e na página do projeto no facebook o programa educativo operado pela empresa “Parceria Votorantim pela Educação (PVE)”. Porém, não constam informações se tais projetos fazem parte (e como) do licenciamento ambiental.

Há relatos por parte de Villas Bôas (2011) e Knowledge At Wharton, (2013) que algumas vezes, organizações e movimentos sociais contrários à atividade de extração mineral em determinados territórios negaram a “licença social” para operar, o que se tornou uma ameaça à continuidade dos empreendimentos. Em uma tentativa de se oporem a esse risco, várias empresas têm realizado programas denominados de “responsabilidade social”, acompanhados de forte campanha de marketing, por meio dos quais oferecem às comunidades compensações maiores do que a lei obriga. Promovem, por exemplo, concursos para financiar ações de incentivo ao empreendedorismo, melhoria da estrutura educacional e de saúde. Ressalta-se, que além disso, algumas empresas têm anunciado algum tipo de participação nos resultados da exploração de minérios e formulam uma nova estratégia chamada de valor compartilhado (PORTER; KRAMER, 2011).

²¹ Trata-se de uma reserva ambiental da empresa no Vale da Ribeira, em São Paulo.

Nas audiências públicas que ocorreram nestes municípios no ano de 2016, o representante da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA enfatizou em sua apresentação uma região, em sua parte socioeconômica, em decréscimo populacional, pois as pessoas buscam alternativas fora da região associando o lugar à falta de alternativas de trabalho e renda. No argumento a empresa enfatiza a possibilidade de 450 empregos que a sua implementação iria “levar” à região, fato também que estava presente nas falas dos atores favoráveis ao empreendimento tais como representantes políticos e comerciantes locais. Muitos remetiam à memória da “vida próspera” do período em que estava instalado o empreendimento anterior, de extração de cobre. Em suas falas, enfatizavam que trabalharam na extração e não haviam sofrido os efeitos na saúde, rebatendo os argumentos contrários ao empreendimento atual, sobre as maneiras que o chumbo seria prejudicial ao corpo humano (BARCELLOS, VAZ e PINHEIRO, 2018).

Outro dos pontos mais enfatizados pelos apoiadores do Projeto Caçapava do Sul que são os supostos benefícios econômicos, também foram questionados. O representante da Embrapa lembra que “o imposto gerado pela atividade mineradora, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), equivale a apenas 2% do faturamento declarado da empresa e que, em uma conta rápida, considerando a produção anunciada pela Votorantim Metais, isso representaria, no máximo, R\$ 2 milhões anuais para Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista.”²²

Nas audiências públicas realizadas nos municípios e na Alergs entre 2016 e 2017, alguns docentes da Unipampa (Campus Caçapava do Sul) e da UFRGS vinculados a cursos como a Geologia e a Engenharia da mineração se mostravam favoráveis. Para justificar a sua posição, reivindicavam certa “autoridade científica”, um “grande entendimento” sobre o tema e imputavam às pessoas contrárias ao empreendimento a falta de “intimidade no convívio com a mineração”. Entretanto, esses docentes não apresentaram argumentos técnicos ou mesmo dados de pesquisas sobre o tema.

Ao mesmo tempo os grupos que são contrários ou críticos aos empreendimentos de mineração na região, em especial ao “Projeto Caçapava do Sul”, advertem sobre os possíveis danos ambientais e a contaminação de chumbo e de outros minérios como o cobre e com o empreendimento de outra empresa até de fosfato nos mananciais hídricos,

²² Fonte: site Sul21. Disponível pelo link: <https://www.sul21.com.br/jornal/com-embate-entre-geracao-de-empregos-e-saude-da-populacao-al-discute-mineradora/>

na flora e na fauna. Além disso, esse ambiente tem diferentes cenários e a vivência neste território com os elementos da natureza é fator constitutivo de vidas, desde as lidas campeiras, histórias, pela composição de músicas, poesias, manifestações religiosas, ou seja, pelas tradições da cultura gaúcha e dos povos e comunidades tradicionais. Ou seja, a dimensão ambiental é constituída por bens naturais, não apenas por recursos naturais a serem explorados, a dimensão cultural é parte de um patrimônio cultural material e imaterial que mobiliza histórias, afetos. Isto é, com a instalação de empreendimentos de mineração com seus impactos e riscos de fortes danos que podem alterar profundamente um território e isso mobiliza e põe em jogo um conjunto de valores, costumes e formas de vida para além de uma dimensão estritamente econômica.

Projetos, como o caso da mineradora, alteram uma dinâmica regional, impactando espaços físicos, ecossistemas terrestres e aquáticos e, principalmente, toda uma base de relações sociais que se manifestam nesse território. Essas alterações terão um maior impacto na alteração das relações sociais conforme as relações estabelecidas por essas populações com o ambiente físico e o meio biótico local, ou seja, se suas estratégias de existência e trabalhos estiverem relacionadas ao meio essa condição estará ameaçada pela implementação do empreendimento (Achselrad e Da Silva, 2011).

Em entrevista²³ concedida em 2017 para uma rádio local no município de Bagé uma das representantes do Movimento “União pelo Camaquã” declarou que

“Sob qualquer aspecto que se possa imaginar, a mina é um mal. A gente não tem qualquer dúvida, qualquer compensação não nos serve, não estamos abertos a um debate que seja favorável à mina. Já tomamos posição, representamos um grupo muito grande de pessoas de diversos municípios, inclusive fazemos parte do grupo que debate a mineração de fosfato em Lavras do Sul, também estamos juntos com eles nessa luta contra a mineração”.

Em outra entrevista²⁴ concedida em fevereiro de 2018 ao Jornal eletrônico Sul21 um dos coordenadores nacionais do Movimento Nacional pela Soberania na Mineração (MAM) quando esteve no RS manifestou que

temos hoje no Rio Grande do Sul, além do que já existe, 162 projetos de prospecção requeridos pelas mineradoras que envolvem chumbo, zinco, titânio, cobre, ouro, prata, entre outros minerais. Mais de cem desses projetos estão localizados na metade sul do Estado. Na região entre Caçapava do Sul e São José do Norte, temos dois projetos – um da Votorantim em parceria com

²³ A entrevista “Produtoras rurais de Palmas e diretor da Faculdade Ideau assumem posição contrária a projetos de mineração” está na íntegra pelo link: <https://folhadacidaders.blogspot.com/2017/02/projetos-de-mineracao-continuam-sendo.html>

²⁴ Entrevista disponível no jornal eletrônico Sul21 no link: <https://www.sul21.com.br/areazero/2018/02/projetos-de-mineracao-provocacao-colapso-social-e-ambiental-na-metade-sul-do-rs/>

uma mineradora internacional e outra de uma mineradora canadense que usa o nome de Rio Grande – que se encontrariam no porto de Rio Grande. Mas eles não se encontram apenas no porto. Considerando as características do lençol freático da região de São José do Norte e da bacia do Camaquã, a possibilidade de contaminação é gigantesca.

Em um manifesto lançado no ano de 2018 uma das organizações contrárias a instalação do “Projeto Caçapava do Sul” na mineração manifestou-se sobre essa questão da seguinte forma

Muito evidente no Projeto “Caçapava do Sul”, é o forte aparato de propaganda usado junto às comunidades locais, especialmente junto às comunidades escolares, na defesa da mineração naquela região, fato que é perceptível nos materiais impressos e no site de divulgação do próprio empreendimento. A abordagem superficial, indutiva, enganosa e a instrumentalização das escolas e comunidades escolares, vêm sendo apontada e questionada constantemente por pessoas e organizações, inclusive nas audiências públicas realizadas (2018, p. 200).

Os possíveis impactos ao ambiente durante as reuniões e audiências públicas durante os anos de 2016-2018 são parcialmente ou não são apresentadas pela empresa gerando diversas perguntas pelos participantes tais como agricultores, pecuaristas, ambientalistas e pesquisadores. Os riscos que a extração de minérios, como o chumbo, ocasiona para a produção pecuária em campos nativos, a criação de abelhas, aos cultivos de feijão estiveram entre as preocupações colocadas por esses grupos em seus tempos de fala. Muitos destes produtores, organizados junto à Associação para o Desenvolvimento sustentável do Alto Camaquã (ADAC) questionavam os 450 empregos amplamente defendidos entre os favoráveis ao empreendimento como impacto positivo, considerando a rede de associações comunitárias, que envolve cerca de 500 famílias – mais de 2.000 pessoas - distribuídas em 25 associações. Assim, estes possíveis 450 empregos inviabilizariam mais de 2.000 empregos que poderiam ser originados da geração de renda dos arranjos locais em pecuária familiar.

Além disso, de acordo com o IBGE (2018), no Brasil há uma tendência gradativa no rural brasileiro, devido ao êxodo e a mecanização do rural, de redução de pessoas ocupadas. Atualmente há 15.036.978 pessoas consideradas com ocupação laboral no rural brasileiro. Na comparação com o Censo Agropecuário 2006, houve redução de 1.530.566 pessoas no total de ocupados no rural, que era de 16.567.544. Ou seja, não cabe apenas delegar que o desemprego é gerado apenas devido à suposta pouca atividade econômica de uma determinada região, como no caso do Pampa.

Há organizações que se destacam nesses debates, dentre elas a União Pela Preservação do Camaquã (UPP), a ADAC e o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa²⁵. As duas primeiras organizações defendem que os projetos de desenvolvimento da produção local, já em curso (via governo estadual e federal), em especial voltados à ovinocultura, sejam fortalecidos. No caso do Comitê alegam que o EIA- RIMA não considera, por exemplo, as diversas características socioculturais intrínsecas aos Povos e Comunidades Tradicionais da região, como as guardiãs e os guardiões das águas, do solo e do patrimônio genético, a manutenção de práticas culturais e espirituais próprias, o cultivo de sistemas de produção agrodiversos e culinária própria que objetivam a soberania e segurança alimentar. Isto é, os (as) representantes destas organizações ressaltam que esses projetos e iniciativas em curso foram ignorados pelo estudo de impacto ambiental e sua credibilidade está comprometida pelo alto potencial de contaminação da atividade mineradora (BARCELLOS, VAZ e PINHEIRO, 2018).

Exemplo disto pode ser visto na notícia “Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa entrega Manifesto contra mineração ao MPF” publicizado pelo Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais²⁶

estas Políticas, Planos e Projetos de mineração vêm sistemática e reiteradamente desrespeitando os direitos fundamentais de Povos e Comunidades Tradicionais e os pactos assumidos pelo Brasil perante a Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Constituição Federal, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos da ONU, da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e da Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1989 (FLD, 2018, p.s/n).

Estas Políticas, Planos e Projetos na qual se referem são relativas à Plano Energético 2016-2025 – RS; Plano Estadual de Mineração – RS; Política Estadual do Carvão Mineral e instituição do Polo Carboquímico do RS; Projetos Minerários no RS que incluem os três já mencionados no trabalho. A partir destes exemplos eles expõe

²⁵O Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa surgiu no I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa em outubro de 2015. O Comitê é composto por representantes de diferentes identidades e regiões do bioma, para dar continuidade a esta reflexão coletiva e encaminhar ações de interesse comum, sendo a principal delas a construção de instrumentos políticos de defesa dos seus direitos. Mais informações em: <http://comitepampa.com.br/uploads/publicacoes/Livro-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-do-Pampa.pdf>.

²⁶ Manifesto disponível no link: <https://comitepampa.com.br/blog/comite-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-do-pam/>

como o processo de implementação destes projetos de desenvolvimento no estado do RS violam os direitos de povos e comunidades tradicionais, inclusive a partir de convenções internacionais como a 169 da OIT. Destaca-se, que essa questão posiciona, de um lado, aqueles que consideram os trâmites e as consultas às comunidades como “obstáculos ao desenvolvimento” e, de outro, os atores que querem participar das decisões sobre os territórios onde vivem e constroem os seus projetos de vida.

Alguns pesquisadores e professores de diferentes universidades, como a Unipampa (parceira das ações de educação da empresa), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) também estiveram presentes nestes debates. Com exceção de alguns docentes da primeira e segunda universidade, que se posicionaram publicamente como favoráveis ao empreendimento, a maioria destes atores reforçaram os questionamentos já mencionados, e apontam também para os possíveis riscos à saúde causados em especial pela extração de chumbo, como dores abdominais em cólica, constipação, impotência sexual, palidez cutânea, anemia, hipertensão arterial, insuficiência renal e neuropatia periférica (LISBOA et al. 2016).

Alguns docentes da UFRGS, da FURG e da UFPEL focam suas críticas ao EIA-RIMA apresentado pela empresa, dizendo que ele não trazia informações suficientes ao impacto ambiental e área de influência na região, que desconsiderava diversas espécies da fauna e flora nativa e que as informações ali contidas não condizem com a realidade do bioma Pampa.

Dentre os deputados do Legislativo do RS há opiniões divergentes, porém os presentes nas audiências, de diferentes correntes políticas, reforçaram a necessidade de preservação do Rio Camaquã como relevante para toda a região, assim como o cuidado com a saúde em função da extração do chumbo²⁷. De todo modo, alguns deputados também enfatizaram em seus discursos a possível geração de empregos, prometida pela empresa, que seria direcionada para a população local, desde que seja comprovado que o empreendimento não apresente riscos para a população e o ambiente.

O que se percebe nas falas e depoimentos ao longo das reuniões audiências é um deslizamento e o uso de uma ambiguidade discursiva dos defensores da instalação do

²⁷ Descrição formulada a partir de observação direta em audiência pública realizada em Audiência Pública em Abril de 2017 e com aporte de relatos feitos pelo Jornal Sul21 que estão disponíveis em: <https://www.sul21.com.br/jornal/com-embate-entre-geracao-de-empregos-e-saude-da-populacao-al-discute-mineradora/>

empreendimento em cada audiência, com determinados dados vindo à tona em uma e em outras audiências não. Exemplo disso é que dados que foram criticados em uma audiência por parte das comunidades e dos grupos contrários foram alterados nas audiências posteriores. Além disso, por exemplo, em duas audiências (em Santana da Boa Vista e na Alergs) a apresentação de power point foi finalizada no momento em que se apresentaria a relação de impactos, por supostos problemas técnicos (BARCELLOS, VAZ e PINHEIRO, 2018).

Mais um exemplo disso, caso o Projeto Caçapava do Sul seja implementado, é que pelo Porto de Rio Grande escoará o concentrado de minérios metálicos, inclusive o metal pesado Chumbo com alta capacidade de contaminação (em especial em crianças), e a comunidade não foi consultada ou ao menos informada, antes da Audiência Pública promovida em junho de 2017²⁸, sobre a possibilidade da instalação desse empreendimento oferecer riscos de contaminação a população e ao ambiente pela aspersão de partículas de minérios no ar e na água.

Em reflexão anterior como Barcellos, Vaz e Pinheiro, 2018 é possível perceber que estes atores que formulam suas denúncias e reivindicações se apoiando em um pano de fundo ambiental e de pertencimento ao local – ou, como dizem, “a nossa terra” – estão redefinindo situações, reelaborando visões do mundo, convicções e identidades sobre o que é viver no bioma Pampa (CEFAI, 2009; 2002). E, ao mesmo tempo, mas sob outro signo, a Votorantim, com o Projeto “Caçapava do Sul”, busca justificar a instalação desse empreendimento, mesmo após uma experiência considerada como falaciosa na silvicultura por várias comunidades da região, pelo discurso de uma perspectiva de crescimento e dinamização econômica de uma região que tem outros diversos povos e comunidades com distintos pressupostos históricos e culturais.

Diante dessa realidade, é possível encontrar, em uma mesma configuração social, distintas relações entre grupos e atores, porque existe, segundo Elias (1994), diferentes graus de coesão e dependência social entre esses atores em um espaço. Desse modo, a configuração de arenas sociais sobre o tema da mineração proporcionou a atuação de atores que vivem em mundos sociais diversos e se relacionam por meio de colaboração,

²⁸ Audiência promovida pela Câmara de Vereadores de Rio Grande através do mandato da Vereadora Denise com apoio de docente da FURG – Campus Carreiros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FWSSmq31xb4>

disputas e conflitos de forma interdependente em meio a processos de transformação, de desintegração, de interseção e de legitimação das suas pautas e interesses (CEFAI, 2002).

Cabe considerar que de acordo com Almeida (2012, p. 63), está em jogo um reordenamento territorial, operado também pelo Estado brasileiro, “voltada para a reestruturação de mercados, disciplinando a comercialização da terra e dos recursos florestais e do subsolo”, expresso em incentivos e flexibilizações de leis de proteção ambiental e social em curso. Trata-se, segundo o autor, não mais de proteção (em sentido conservacionista), mas sim, em direção diametralmente oposta (mesmo que não haja alterações retóricas profundas), de "protecionismo", calcado na possibilidade de intensificação do uso de recursos naturais a partir daquilo que é indicado como potencial de crescimento econômico. Nesse processo, observa-se que as monoculturas agrícolas junto com empreendimentos hidrelétricos, projetos de mineração, entre outros, estão progressivamente crescendo no Brasil, como a promessa de “solução” para regiões “pobres” e “pouco desenvolvidas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a discussão realizada por Almeida (2007), certa reedição de práticas instituídas desde o período colonial no Brasil mantém uma estreita relação entre a extração de recursos naturais e a conformação mercantil. Os problemas locais, contudo, são globais: são problemas que dizem respeito a paisagens naturais (mares, florestas, savanas, rios) e aqueles que os disputam, como organizações e movimentos sociais, agências do Estado, megaempresas. Provavelmente em 2019 haverá uma resposta sobre a instalação do empreendimento Caçapava do Sul no RS e por isso se faz necessário refletir sobre as consequências dessas disputas para o futuro.

Ao mesmo tempo, compreendo essas disputas e conflitos socioambientais entre atores “contrários” e “a favor” da instalação deste empreendimento minerário no RS e outros demais que também almejam se instalar como uma forma de atuação de grupos transnacionais com apoio de grupos nacionais, configurando um processo de avanço de fronteiras de exploração natural, precarização das condições de trabalho para a formação de superávits comerciais e de dominação territorial para catalisar processos de acúmulo de capital político e econômico. Em meio a isso, a reformulação ou “flexibilização” destes instrumentos normativos de regulação ambiental estão no cerne de uma disputa.

Em relação aos impactos socioambientais, a mineração gera disputas acerca de bens comuns, como o patrimônio cultural e histórico, o solo, o ar e água, pois tende a modificar o ambiente radicalmente em diversos casos, inclusive no caso de uma parcela do Bioma Pampa na metade sul do RS. Mesmo considerando que há risco nesta atividade econômica, em especial sobre o retorno de lucro, tais atividades tendem a desconsiderar os danos que causam às populações nos territórios em que os empreendimentos são realizados, ignorando, portanto, os impactos socioambientais causados.

Por fim, mas apenas iniciando outras possibilidades, não há uma definitiva compreensão acadêmica acerca da problemática apresentada nesse trabalho. Esse ensaio, além de ser mais um elemento de pesquisa e de formação acadêmica constante, tem limitações que ao longo do processo de investigação serão ampliadas e discussões que serão aprimoradas. Além disso, busca-se deixar em aberto outras questões e possibilidades de pesquisa para os (as) demais pesquisadores (as) do tema e da região onde está ocorrendo essa disputa.

REFERENCIAS

ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*. n. 24, v. 68, 2010. p.103-119.

ACSELRAD, H; DA SILVA, M. G. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia - o caso de Tucuruí. In: Zhouri, A. (Org.). **As Tensões do lugar hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011, p. 61-92.

ALDROVANDI, P.; PESTANA, M. H. D. **Avaliação da contaminação por metais na área das Minas do Camaquã**. Salão da UFRGS, 2012.

ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-72, Apr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000100005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13/10/2017.

ALMEIDA, M.W.B. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **RURIS**, v.1, n.2, p. 157-188. 2007.

BARCELLOS, Sérgio B. VAZ, Daniel; PINHEIRO, Patrícia dos Santos. Os debates sobre a mineração no Bioma Pampa: conflitos socioambientais em meio a projetos locais de vida. **Revista Novos Cadernos Amazônicos**. UFPA. 2018. (no prelo)

BARCELLOS, Sérgio B. VAZ, Daniel; PINHEIRO, Patrícia dos Santos. **Os debates sobre a mineração no bioma Pampa**: conflitos socioambientais entre a extração de minerais e projetos locais de vida e desenvolvimento. Anais do 18º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0859-1.pdf>. Acessado em: 03 mar 2018.

BENCKE, G. A. Biodiversidade. In: CHOMENKO, L; BENCKE, G. A. **Nosso pampa desconhecido**. Porto Alegre: FZB do Rio Grande do Sul, 2016, p. 60 – 75.

BORBA, M. F. S. Desenvolvimento territorial endógeno: O caso do Alto Camaquã. In: WAQUILL, P.; D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 187 - 214.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030)**. Brasília: MME, 2010. 178 p.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Biomassas**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biomassas/pampa>. Acessado em: 10/06/2017.

CEFAÏ, D.. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Revista Dilemas**, v. 2, n. 4 - Abr- Jun, p.11-48. 2009.

_____. Qu'est-ce qu'une arène publique? In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (orgs.). **L'héritage du pragmatisme**. Conflits d'urbanités et épreuves de civisme. Paris, Éditions de l'Aube. 2002.

DNPM (2014). Departamento Nacional de Produção Mineral. Sumário Mineral 2014. Brasil:Brasília.2014.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

FERNANDES, F. R. C.; ARAUJO, E. R. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: GUIMARÃES, P. E.; CEBADA, J. D. P. **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente**. Rio de Janeiro, Brasil: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM). Évora, Portugal: Centro de Investigação em Ciência Política, 2016, p. 65-88.

GUEDES, Jefferson. **Exploração de minério de ferro em Conceição do Mato Dentro (MG) afeta meio social e ambiente**. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; ARAUJO, Eliane Rocha (Eds). (2014). Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro, CETEM/MCTI. 2014.

HAZIN, M. S. **Desarrollo minero y conflictos socioambientales**: los casos de Colombia, México y el Perú. Santiago do Chile: Naciones Unidas/CEPAL, 2013. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>, acessado em 15/03/17.

IBGE. Censo Agro 2017. **Resultados preliminares**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acessado em: 15 ago 2018.

KNOWLEDGE AT WHARTON. **Mineração na América Latina: países e empresas serão capazes de compartilhar dessa riqueza?** 2013. Wharton University of Pennsylvania, 12 jun. Disponível em: . <https://www.knowledgeatwharton.com.br/article/mineracao-na-america-latina-paises-e-empresas-serao--capazes-de-compartilhar-dessa-riqueza/>>. Acessado em: 30 ago 2018.

LEAL, Leila. **Mineração: o rastro do desenvolvimento e conflitos territoriais no Brasil.**2014. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mineracao-o-rastro-do-desenvolvimento-e-conflitos-territoriais-no-brasil>. Acesso em: 13 ago. 2018.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LISBOA, L. et al. Proximity of residence to an old mineral storage site in Chile and blood lead levels in children. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, 2016 .

MAINO, Jeferson de Mello; WINTER, Stefanie Kohn; NOVAES, Luis Eduardo Silveira da Mota. **Impactos sócio-ambientais causados pela deposição de rejeitos de mineração na localidade de Minas do Camaquã**, Caçapava do Sul/RS, 2006. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/cic/2006/arquivos/CH_00478.rtf. Acesso em: 22 out. 2010.

MALERBA, J. (Org.). **Novo Marco Legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?** Rio de Janeiro: FASE, 2012. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=3793>>

MAZURANA, J.; DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. **Povos e comunidades tradicionais da pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MMA. **Pampa**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>. Acessado em: 15 ago 2017.

OCMAL. **Mapa de conflictos mineros, proyectos y empresas mineras en América Latina**. Disponível em: http://basedatos.conflictosmineros.net/ocmal_db. Acessado em: 14/06/2017.

PORTAL PLANALTO. Medidas tornam indústria competitiva e vão atrair novos investimentos. 25/07/2017. Por Beto Barata. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/07/medidas-tornam-industria-competitiva-e-vaio-atrair-novos-investimentos>> acessado em 13/10/2017.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. **Criação de Valor Compartilhado**. 2011. Harvard Business Review Brasil, 10 jan. Disponível em: . <http://www.hbrbr.com.br/materia/criacao-de-valor-compartilhado> .

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

SVAMPA, M. **Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina**. OSAL, (Buenos Aires: CLACSO) Año XIII, n. 32, nov. 2012.

VILLAS BÔAS, Hariessa Cristina. **A Indústria extrativa mineral e a transição para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, CETEM/ MCTI/ CNPq. 2011.